

OFICINA: 4 – Financiamento, Sustentabilidade e Governança do SUAS

CONVIDADA(O): Denise Colin e Alessandro Tiezzi

COORDENADOR(A): Ricardo Marques

RELATOR(A): Franciele Santana

- até dois desafios centrais:
- até cinco recomendações prioritárias;
- uma proposta considerada essencial para o III Plano Decenal;
- eventual questão que necessite de aprofundamento.

DESAFIOS CENTRAIS

→ Assegurar financiamento público suficiente, obrigatório, regular, automático, previsível e equitativo, com responsabilidades bem definidas entre união, estados e municípios.

[?] Fortalecer a gestão compartilhada e a corresponsabilidade dos três entes, qualificando planejamento, pactuação, controle social, vigilância socioassistencial, monitoramento e capacidade institucional dos territórios.

RECOMENDAÇÕES PRIORIÁRIAS

- ☐ Destinar **no mínimo** 1% da receita corrente líquida da União, **estados e municípios** para o SUAS;
- ☐ Definição mais clara das responsabilidades financeiras de cada ente federado;
- ☐ Critérios de distribuição baseados nas vulnerabilidades, demandas e especificidades territoriais;
- ☐ Atualização de valores de referência dos serviços diante do aumento dos custos operacionais;

RECOMENDAÇÕES PRIORIÁRIAS

→ Desvinculação das despesas com recursos humanos do SUAS do cálculo do limite prudencial de gastos com pessoal no setor público; (há deliberação da conferência de 2017 e PL)

[?] Vinculação de um percentual fixo dos recursos oriundos da exploração do Pré-sal ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), com repasses automáticos para os estados e municípios, garantindo sustentabilidade financeira e o orçamento impositivo da assistência social:

RECOMENDAÇÕES PRIORIÁRIAS

- Fortalecer a participação do controle social no ciclo orçamentário, por meio da educação permanente que permita o conhecimento aprofundado sobre o assunto.
- ☐ Condicionar o aumento dos repasses do IGD-M **SUAS** à comprovação da equipe de vigilância socioassistencial ativa;
- ☐ Padronizar instrumentais e normativas de planejamento, monitoramento e prestação de contas no âmbito do SUAS;
- ☐ Criar adicionais de desempenho para municípios que alcancem as metas pactuadas no PMAS;

RECOMENDAÇÕES PRIORIÁRIAS

→ Vinculação de um percentual fixo dos recursos oriundos das emendas parlamentares ao Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), com repasses automáticos para os estados e municípios, garantindo sustentabilidade financeira e o orçamento impositivo da assistência social;

[?] Vinculação da indicação de emendas parlamentares, estritamente, às metas e prioridades aprovadas no Plano Municipal de Assistência Social;

RECOMENDAÇÕES PRIORIÁRIAS

- Implementar estudos municipais e estaduais sobre orçamento e execução financeira do SUAS, publicizando-os;
- ☐ Fortalecer o Apoio técnico aos conselheiros do CMAS na dimensão do orçamento e financiamento do SUAS;

RECOMENDAÇÕES PRIORIÁRIAS

- Instituir mecanismo nacional, público e periódico de monitoramento dos Planos de Assistência Social, articulado ao III Plano Decenal, contemplando execução física, orçamentária e financeira, cofinanciamento, cobertura, resultados e cumprimento das deliberações das conferências, com participação efetiva dos Conselhos de Assistência Social.
- ❓ Instituir mecanismos permanentes de revisão e adequação do cofinanciamento do SUAS, considerando as mudanças demográficas, territoriais, econômicas, sociais e ambientais e a emergência de novas demandas de proteção social, de modo a assegurar recursos compatíveis com as necessidades identificadas nos territórios e a continuidade e qualidade das ofertas socioassistenciais.

- uma proposta considerada essencial para o III Plano Decenal;

- eventual questão que necessite de aprofundamento.